



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE LETRAS E EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA: UM OLHAR SOBRE
AS ELEIÇÕES DIRETAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE
ITAPOROROCA-PB**

LUCILEIA CRUZ DA COSTA

Guarabira – PB
Dezembro/2010

LUCILEIA CRUZ DA COSTA

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA: UM OLHAR SOBRE
AS ELEIÇÕES DIRETAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE
ITAPOROROCA-PB**

Monografia apresentada ao curso
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, Campus III, como requisito parcial
para obtenção do título de Graduada em
Pedagogia, sob a orientação do Professor
Ms. José Otávio da Silva.

Guarabira, PB
Dezembro/2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

C837g

Costa, Lucileia Cruz da

Gestão democrática na escola: um olhar sobre as eleições diretas nas escolas municipais de Itapororoca-PB / Lucileia Cruz da Costa. – Guarabira: UEPB, 2010.

41f. II. Color.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso – TCC) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Ms. José Otávio da Silva”.

1. Gestão Democrática 2. Eleição - Diretor 3. Escola
I.Título.

22.ed. CDD 371.200 92

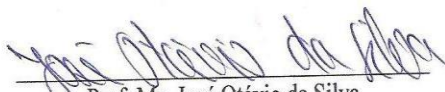
LUCILEIA CRUZ DA COSTA

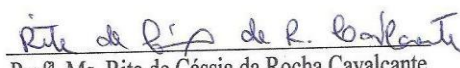
**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA: UM OLHAR SOBRE
AS ELEIÇÕES DIRETAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE
ITAPOROROCA-PB**

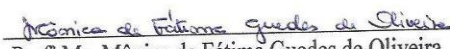
Monografia de graduação apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, como requisito parcial para obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

Aprovada em 16 de 12 de 2010.

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Ms. José Otávio da Silva
Orientador - UEPB


Profª Ms. Rita de Cássia da Rocha Cavalcante
Examinadora- UEPB


Profª Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira
Examinadora - UEPB

Guarabira, PB
Dezembro/2010

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente ao nosso Deus que sempre se fez presente durante todo o percurso de minha vida acadêmica e em especial a toda minha família que sempre estiveram em meu pensamento sendo minha fonte de inspiração.

AGRADECIMENTOS

A Deus por manter minha fé inabalável e fazendo-me perceber que a força esta dentro de nós, é só buscar dentro de si e persistir no caminho que o sucesso virá.

A minha mãe que nunca me faltou quando precisei não medindo esforços para que tivesse uma boa educação, além do imenso amor que sempre me dedicou.

A minha família que sempre acreditou no meu potencial e que nos momentos em que pensei em desistir estavam ali do meu lado me dando força sempre.

A minha tia Maria de Fátima Silva da Cruz e meu Tio José Wellicy Silva da cruz, que sempre me apoiaram com palavras e ações, obrigada mesmo por tudo que vocês fizeram por mim.

Em especial ao meu avô Antônio Fabrício da Cruz (in memórian), que mesmo não estando entre nós sempre torceu por mim, meu muito obrigada e saiba onde quer que esteja estarás sempre em meu coração.

Aos meus colegas de turma, em especial as colegas Abiaci, Lúcia de Fátima, Samara e Jaciane, pois vocês foram fundamentais em todo o meu processo de aprendizagem e durante esses quatro anos que passamos juntas aprendi a gostar de cada uma e tenham certeza que lembrarei de todas com carinho.

Aos meus mestres que mesmo quando eu não acreditava em meu potencial vocês me estimularam e fizeram com que superasse minhas dificuldades me desafiando, e assim adquirindo maior conhecimento através dos desafios. E aos que não acreditavam em meu potencial também agradeço, pois foi mais um estímulo a me superar cada vez mais.

Ao meu orientador Prof. Ms. José Otávio da Silva, que sempre me estimulou e me ofertou palavras de confiança, acreditando em meu potencial, meu muito obrigado.

Enfim, OBRIGADA a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho e aos que se fez e se faz presente em minha vida, pois tenham certeza que tenho um pouco de vocês e saibam que através de nossa convivência aprendi muito e que todo esse aprendizado levarei comigo.

Entendo, pois que o processo educativo é a passagem da desigualdade à igualdade. Portanto, só é possível o processo educativo em seu conjunto como democrático sob a condição de se distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e a democracia como realidade do nosso ponto de chegada.

Dermeval Savianni

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar que fatores levaram a não realização das eleições escolares no município de Itapororoca/PB. Como procedimentos metodológicos, foram adotados, questionários com os gestores, entrevistas com a Secretária Executiva Municipal de Educação e a representação docente, além da análise documental da Lei 296/10. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e a coleta de dados foi realizada nas escolas municipais, na Secretaria Municipal de Educação e no sindicato dos professores do referido município. A pesquisa teve como suporte os pressupostos teóricos de autores cuja linha de pensamento se relaciona em especial, com a gestão democrática e a escolha de gestor escolar por meio da eleição, foco deste estudo. Os resultados estão evidenciando o quanto é importante a constituição da democracia no interior de nossas escolas.

Palavras-chave: Gestão Democrática, Eleição de diretores, Escola.

ABSTRACT

This paper aims to analyze factors that led to non-completion of school elections in the municipality of Itapororoca/PB. The methodological procedures were adopted, questionnaires with managers, interviews with the Executive Secretary and the Municipal Education faculty representation, and the examination of the Law 296/10. This is a qualitative research and data collection was performed in municipal schools, the City Department of Education and the teachers union of the municipality. The research has been supported by the theoretical assumptions of authors whose line of thought is related in particular to the management and democratic choice of school manager through the election, the focus of this study. The results are showing how important the establishment of democracy within our schools.

Key-words: Democratic Administration, Election of Directors, School.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1.GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA: REVISÃO DA LITERATURA.....	12
1.1. Gestão Democrática: Uma ruptura com o autoritarismo escolar.....	14
1.2. A Gestão Democrática e a escola.....	15
2.ELEIÇÕES PARA DIRETOR ESCOLAR: ESTABELECENDO PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS NA ESCOLA.....	17
2.1. Primeiras eleições diretas para gestores no Brasil.....	20
2.2. Escola e democracia: assegurando a participação de todos.....	21
2.3.O município de Itapororoca e a Lei Municipal nº 296/10.....	24
3.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: COLETA, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	
3.1. Abordagem metodológica.....	26
3.2. Campo da pesquisa.....	26
3.3. Sujeitos da pesquisa.....	26
3.4. Instrumentos de coleta de dados.....	27
3.5. Análise e discussão dos dados.....	27
3.6. A visão da Secretaria Municipal de Educação e da representação docente.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICE.....	43
ANEXOS.....	45

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como enfoque a gestão democrática e em especial a escolha de diretores de escolas públicas através da realização de eleições diretas. A pesquisa, aconteceu no município de Itapororoca/PB, junto as escolas municipais, a Secretaria Municipal de Educação e a representação docente no sindicato dos professores do citado município, tomando como elemento de análise a aplicação da Lei Municipal nº 296/10 que versa sobre a realização de eleições diretas nas escolas municipais.

Na atual conjuntura educacional, vê-se muitos estudiosos refletindo e discutindo a respeito deste tema, pois os mesmos concebem a gestão democrática como um elemento essencial para a conquista da tão almejada qualidade do ensino e conseqüentemente, a eleição direta na escola como um marco para a concretização da democracia no espaço escolar.

No entanto, a escola como campo privilegiado de intervenções política e ideológica, traz na sua essência pedagógica a possibilidade de construção de novos paradigmas e práticas que priorizem a via democrática no seu meio e na sociedade. O processo de gestão democrática constrói-se na correlação das forças políticas colocando a coletividade em primeiro lugar, agregando todas as forças em prol de um projeto único de educação que visa, sobretudo a participação de todos num grande pacto democrático.

Assim, o processo de gestão democrática das instituições de ensino representa um importante elemento de concretização de democracia no contexto social, considerando que escola e sociedade possuem estreitas relações.

A gestão se constitui de elementos imperiosos, como: a autonomia das escolas e da comunidade educativa, o envolvimento da comunidade escolar no processo escolar, a formação continuada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos integrantes da comunidade escolar, a avaliação compartilhada e as relações assentadas na busca de objetivos comuns. E justamente por tudo isso é que se faz primordial a escolha dos gestores escolares por meio de voto direto e não por indicação política como ainda acontece em muitos lugares do nosso País.

A pesquisa, destina-se a analisar que fatores levaram a não realização das eleições escolares no município de Itapororoca/PB, visto que, a Lei Municipal de nº

296/10 que dispõe sobre a política de gestão democrática nos estabelecimentos escolares da rede municipal de ensino já esta em vigor desde o dia 22 de abril de 2010 e que o prazo para ocorrer às eleições seria de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação e ainda não se concretizou.

Pretendeu-se com esta pesquisa, provocar o debate em torno do processo de realização de eleições diretas para diretor escolar no município de Itapororoca, discutir os princípios que norteiam a gestão democrática junto aos educadores municipais e auxiliar toda a sociedade no entendimento sobre a importância da realização de eleições diretas nas escolas, fazendo-a perceber que a realização de eleições diretas na escola é um passo importante para o estabelecimento da democracia e na construção de uma educação de qualidade.

A motivação para que realizássemos esta pesquisa, deve-se ao fato de pertencermos ao quadro docente da rede municipal de ensino de Itapororoca a mais de cinco anos e percebermos o quanto tem sido nocivo para o desenvolvimento da educação no município as práticas autoritárias que têm sido postas em ação no âmbito das escolas municipais, principalmente aquelas que põem em risco o estabelecimento do processo democrático nas escolas, em especial a nomeação de diretores escolares por meio de indicação política, caracterizadas por apadrinhamento eleitoral, nomeando na maioria das vezes pessoas sem nenhuma relação e/ou compromisso com a educação.

Com base em vários autores, procurou-se comprovar que a escolha do diretor escolar por meio do voto direto é um dos principais meios para que haja maior participação de toda comunidade escolar nas ações educacionais, além de propiciar aos envolvidos uma efetiva consolidação do processo de estabelecimento da democracia na escola.

Optou-se por um procedimento metodológico que valorizasse as falas dos diversos sujeitos envolvidos na temática em questão, lançando-se mão do uso das técnicas de questionários, entrevistas e análise documental onde, através dos princípios da pesquisa qualitativa, foi possível identificar, bem como, analisar as diversas nuances que atentam ao estabelecimento do processo democrático, impossibilitando a realização de eleições diretas para diretores de escola no município de Itapororoca-PB, mesmo existindo uma Lei Municipal criada para tal fim. Como também, nos possibilitou conhecer o que pensam os atuais gestores das

escolas municipais questionados a respeito da já referida lei municipal e posteriormente do que pensam sobre gestão democrática.

Estruturalmente, este estudo está dividido em três capítulos. O capítulo I, trata da gestão democrática, evidenciando a democracia implantada no interior da escola. Em seguida, fazemos uma abordagem sobre a escolha do gestor escolar através de eleições, enfatizando ser um provimento de escolha que propicia a democratização da educação. No segundo capítulo, procuramos dar ênfase ao município de Itapororoca e a Lei 296/10, enfatizando os processos de escolha de diretores nas escolas a nível de Brasil e local.

Em seguida, apresentamos a metodologia empregada na pesquisa, os sujeitos que dela participaram, a coleta de dados, o campo onde foi desenvolvido os estudos e os resultados, procedendo a uma discussão e à análise dos dados e, finalmente, as considerações finais.

Portanto, esta pesquisa busca compreender através dos dados obtidos, conhecer uma dada realidade, em específico, o porquê da não realização de eleições diretas para diretores no município de Itapororoca-PB, mesmo considerando que o referido município tem uma lei que disciplina e autoriza a realização desse processo. Porém, a partir dessa realidade local, procura-se levantar questões mais gerais do processo de democratização da gestão escolar, evidenciando como foco de análise o fenômeno eleições diretas para diretores nas escolas públicas.

Além de buscar uma melhor compreensão do processo de gestão democrática no espaço escolar, procura analisar e desenvolver propostas que auxiliem na implementação da gestão democrática nas escolas municipais da cidade mencionada, como também, discute numa perspectiva macro a efetiva consolidação da democracia na escola como elemento essencial na transformação da prática pedagógica numa prática também social.

1. GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA: REVISÃO DA LITERATURA

Durante a década de 90, muitas mudanças ocorreram a nível mundial, todas marcadas pelo processo de globalização e pelo neoliberalismo que introduziu vorazmente uma nova fase do capital, impondo ao processo social novas formas de implementação do processo educativo, baseado, sobretudo nas formas de exploração assumidas pelo capitalismo que reduziu o poder do Estado e promoveu o sucateamento das instituições públicas, fundamentado na defesa do capital e das regras ditadas pelo mercado. “A globalização é o fruto de várias medidas que criaram e perpetuam o mito de mercado global, sustentado convenientemente pela e para a conjuntura político-econômica”. (SANTOS,2006, p.07)

Na prática, o processo de globalização pode ser observado em todas as instâncias do processo social. Na escola, ele pode ser percebido nas formas de organização do processo educativo, expressos nos objetivos, no currículo escolar e até mesmo nas ações implementadas pela gestão escolar através de práticas autoritárias, voltada para a defesa e perpetuação de ações definidas pelo mercado.

Notadamente, na gestão escolar as práticas de autoritarismo e de defesa da produção aparecem com grande intensidade, reforçados muitas vezes por políticas públicas de educação originadas do governo e pela legislação educacional, que mesmo definindo o estabelecimento da gestão democrática na escola, só se efetiva de fato, se considerarmos o envolvimento da escola com a sociedade.

O artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação (PNE) indicam que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolares e locais em conselhos escolares. Devemos enfatizar então que a democracia na escola por si só não tem significado, ela só faz sentido se estiver vinculada a uma percepção de democratização da sociedade.

Mas, justamente para entendermos melhor todo esse processo faz-se necessário compreendermos o significado das palavras democracia e gestão.

Denomina-se democracia (do grego demos, "povo", e kratos, poder) uma forma de organização política que reconhece a cada sujeito, como membro da comunidade, o direito de participar da direção e da gestão dos assuntos públicos.

A definição deixa bem clara que é o povo no poder, ou seja, a sociedade discutindo e participando na tomada de decisões que se torna possível a construção de ações que empreendam oportunidades para todos. Neste sentido:

A gestão democrática da educação formal está associada ao estabelecimento de mecanismos legais e institucionais e à organização de ações que desencadeiem a participação social: na formulação de políticas educacionais; no planejamento; na tomada de decisões; na definição do uso de recursos e necessidades de investimento; na execução das deliberações coletivas; nos momentos de avaliação da escola e da política educacional. (LUCK:2008, pag. 01)

A origem da palavra Gestão advém do verbo latino gero, gessi, gestum, gerere, cujo significado é levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer e gerar. Desse modo, gestão é a geração de um novo modo de administrar uma realidade, sendo, então, por si mesma, democrática, pois traduz a idéia de comunicação pelo envolvimento coletivo, por meio da discussão e do diálogo.

De acordo com Dourado, (1998, p.79):

A gestão democrática é um processo de aprendizado e de luta que vislumbra nas especificidades da prática social e em sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de meios de efetiva participação de toda a comunidade escolar na gestão da escola.

Portanto, pensar em gestão democrática requer a participação de todos os atores e atrizes sociais envolvidos direta ou indiretamente no processo escolar de forma dinâmica, opinando, interferindo, colaborando, fazendo o processo educativo acontecer. Neste sentido, observa-se que:

Cabe aos profissionais da educação fazerem valer o seu papel de educador, dando ênfase a um ensino mais democrático, com diálogos abertos, com informações que provoquem reflexões a respeito dos fatos sociais existentes. É importante que se trabalhe sempre com o concreto, assim o educando se sentirá estimulado a criar situações como todo o processo democrático, que é um caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação. (PARO, 1997, p.17).

Diante disso, considera-se o processo de gestão escolar democrático não apenas como uma atribuição do gestor escolar, mas como uma prática construída por todos os segmentos que formam a escola, possibilitando a real vivência participativa entre todos, rompendo com práticas autoritárias e viabilizando meios para que todos os segmentos sociais participem da construção do processo educativo, dando oportunidade de acesso a todos.

1.1. Gestão democrática: uma ruptura com o autoritarismo escolar

Há muitos anos, nossas escolas mantiveram-se sob o controle autoritário por parte dos gestores escolares, onde estabeleciam-se seus desejos e outros profissionais eram submetidos a realizar sem nenhuma indagação. A gestão democrática veio como uma forma de eliminar ou pelo menos minimizar alguns atos cometidos por parte dos mesmos.

Uma escola onde há uma direção autoritária, não progredi em todos os aspectos, seja pedagógico quanto administrativo, pois não é permitido nada novo ou que venha por parte de outros que não pertença à liderança.

Segundo Hinvaite e Miranda (2002) apud Stoppino (1986, p. 99), um estudioso sobre o autoritarismo pensa que:

Os traços da personalidade autoritária baseiam-se, simplesmente, em certas concepções da realidade existente numa determinada cultura ou subcultura. Estas concepções são apreendidas pelo indivíduo através do processo de socialização e corresponde de forma mais ou menos realista, às condições efetivas de vida de seu ambiente social.

Em meados dos anos 70 e 80, a escola era orientada por políticas centralizadoras e, só a partir dos anos 90, é que a gestão democrática passa a ser o foco principal.

Pensando nisso já devemos imaginar o quanto é difícil se trabalhar na construção da democracia e autonomia frente ao processo de gestão autoritário. De acordo com Luck (2000, p.12):

Já é lugar comum a afirmação de que vivemos uma época de mudança. Porém, a mudança mais significativa que se pode registrar é a do modo como vemos a realidade e de como dela participamos, estabelecendo sua construção. No geral, em toda a sociedade, observa-se o desenvolvimento da consciência de que o autoritarismo, a centralização, a fragmentação, o conservadorismo e a ótica do dividir para conquistar, do perde-ganha, estão ultrapassados, por conduzirem ao desperdício, ao imobilismo, ao ativismo inconseqüente, à desresponsabilização por atos e seus resultados e, em última instância, à estagnação social e ao fracasso de suas instituições.

É claro que esta mudança de concepção atribui-se a novas possibilidades discutidas e comprovadas que ações participativas e democráticas contribuem para uma maior efetivação na solução dos percalços que surgirem no caminho. E nos referindo ainda a Luck (2000, p.12):

Embora esse enfoque não seja plenamente adotado e, quando levado em consideração, seja orientado, ainda, por um velho e já enfraquecido paradigma orientador da cobrança, em vez de participação, ele tem grande impacto sobre o que acontece na escola, que é hoje, mais do que nunca, bombardeada por demandas sociais das mais diversas ordens.

O que vale ressaltar é que embora ainda haja resquícios de autoritarismo em nossas escolas, o mais importante é que se faça valer o ato democrático no interior das mesmas, pois só assim é que conseguiremos erradicar de vez com essa rudimentar forma de administrar, contribuindo para a implementação de uma gestão mais humana, garantindo assim a participação coletiva.

1.2. A gestão democrática e a escola

É impossível mencionarmos gestão democrática sem nos remetermos de imediato à escola, esta por ser uma instituição social onde há muitas relações envolvidas, cujas relações necessitam de um bom planejamento, mas que sem a participação todo o processo pedagógico não fluirá.

É essencial a introdução de meios democráticos no cotidiano da escola, visto que aos poucos, irão perceber que não é impossível que toda a comunidade participe da gestão da escola.

O gestor democrático compartilha os desafios a ser enfrentados e posteriormente às conquistas, além de dar a todos a oportunidade de questionar,

discutir e decidir o melhor caminho a ser traçado para que juntos alcancem os objetivos que juntos definiram. Segundo Gadotti e Romão:

O diretor de escola é, antes de tudo, um educador. Enquanto tal possui uma função primordialmente pedagógica e social, que lhe exige o desenvolvimento de competência técnica, política e pedagógica. Em sua gestão, deve ser um articulador dos diferentes segmentos escolares em torno do projeto político-pedagógico da escola. (2003, p.102)

Graças a essa nova forma de gerir onde todos são convidados a participar, levando em consideração tanto os fatores internos e externos que afetam a escola, que o trabalho coletivo poderá ser implantado e juntos conseguirão ótimos resultados. Sem falarmos na excelente relação que se constituirá na escola, onde haverá respeito mútuo por parte de todos, visto que todos sem exceção, terão vez e voz.

Gestão Democrática e escola devem caminhar juntas, propiciando a comunidade escolar maior crescimento no que se refere ao ato de saber fazer suas próprias escolhas, tornando-os indivíduos conscientes do seu papel.

2. ELEIÇÕES PARA DIRETOR ESCOLAR: ESTABELECENDO PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS NA ESCOLA

É visível as mudanças ocorrentes na sociedade global, e na educação não é diferente, onde cada vez mais se discute o processo de democratização da mesma, e em especial da escola, que a partir de agora não é mais vista como única e responsável por esse processo de transformação, mas de toda a sociedade. E também junto à todas essas mudanças surgem questionamentos a cerca da gestão escolar visto que sua escolha na maioria dos casos não acontece de forma participativa, através de eleição direta e sim por indicação do poder político, conforme afirma Dourado (2008, p.82):

Nas últimas décadas, o incremento de experiências inovadoras no setor educacional trouxe à tona, por sua vez, novos elementos para repensar os desafios acerca da política educacional, seu alcance, embates e perspectivas, destacando-se as lutas em prol da democratização da educação e da escola. Dentre essas lutas destaca-se a problematização das formas de provimento ao cargo de dirigente escolar adotada no país, particularmente a livre indicação de dirigentes escolares pelos poderes públicos. O questionamento às formas usuais de indicação de dirigentes escolares possibilitou a emergência de novas modalidades de escolha, destacando-se, nesse processo, a defesa da eleição direta para dirigentes escolares como uma contraposição ao caráter autoritário e clientelista em que se inseriam as práticas escolares.

É notável a preocupação existente por parte de muitos na conquista da democratização da educação e da escola, como forma de se contrapor ao caráter autoritário e clientelista inserido dentro das escolas.

A eleição direta abrange um dos princípios fundamentais da gestão democrática que é a participação. E esta refere-se em tudo que se diz respeito à escola, que vai desde a aquisição de algo material quanto à construção do PPP (Projeto Político Pedagógico), sendo discutido, analisado e decidido coletivamente em busca de um caminho que favoreça a todos, e principalmente a educação e a melhoria da qualidade do ensino.

Através da escolha do diretor por meio de práticas democráticas, torna-se possível uma maior autonomia por parte da escola em buscar subsídios para solucionar problemas existentes dentro da própria escola e com o auxílio de toda comunidade escolar. Vale ressaltar, que não é só por meio da eleição direta que

conseguiremos democratizar a educação, mas que é importantíssimo sabermos o que a mesma representa como um processo participativo e construtivo para a instituição escolar e que sendo promovida, estimula um novo modelo, uma nova proposta de escola e principalmente de gestão baseados numa perspectiva do coletivo.

Há muitos autores que analisam essa escolha por voto direto como o primeiro passo para descentralizar a organização educacional. Segundo Almeida 2004 apud Paro (1986): “a eleição direta dos diretores escolar é tomada como a forma mais eficiente contra a burocratização do trabalho educativo e na luta por uma educação escolar de qualidade e acessível no atendimento à população”. Também vejamos o que pensa Luck apud Luck a respeito da eleição:

A escolha do diretor escolar pela via da eleição direta e com a participação da comunidade vem se constituindo e se ampliando como mecanismo de seleção diretamente ligado à democratização da educação e da escola pública, visando assegurar, também, a participação das famílias no processo de gestão da educação de seus filhos (1999, p.37).

Sem sombra de dúvidas, esta escolha coletiva propicia maior flexibilidade na instituição, além de auxiliar no trabalho como um todo, pois é analisado, pensado e discutido por todos os membros integrantes e juntos decidem o que é melhor para aquele determinado momento. Porém, essa forma de democracia implantada na escola por meio da eleição direta também é muito questionada por muitos por acreditarem que em nada muda na forma de administrar a instituição, pois a mesma não garantirá que a partir de então a forma de gestar será democraticamente, dependendo muito da pessoa escolhida. Conforme analisado por Luck, 2000 apud Paro (1996, p. 130):

A aspiração de que com a introdução da eleição, as relações na escola se dariam de forma harmoniosa e de que as práticas clientelistas desapareceriam, mostrou-se ingênua e irrealista, posto que a eleição de diretores, como todo instrumento de democracia, não garante o desaparecimento de conflitos. Constitui apenas uma forma de permitir que eles venham à tona e estejam ao alcance da ação de pessoas e grupos pra resolvê-los.

Sabemos, no entanto, que em uma sociedade onde sempre se presenciou cenas de imposição, subordinação é complicado mudar rapidamente essa concepção equivocada, onde tudo é decidido por uma única pessoa e as outras só

têm que acatar sem poderem dar suas opiniões, ou seja, uma gestão centralizada. Mas aos poucos, é possível sim, ocorrer essa transformação de pensamento e que ao se deparar com exemplos positivos certamente irão refletir sobre sua negação referente ao assunto.

É importante lembrar que não é a eleição em si que democratiza, mas sim o que ela representa como parte de um processo construtivo e significativo para a escola. Segundo Luck (2008, p.77): “ao se promover a eleição de dirigentes estar-se-ia delineando uma proposta de escola, um estilo de gestão e se firmando compromissos coletivos para levá-los a efeito de forma efetiva.”

Muitos defendem essa modalidade acreditando que esse processo implica uma retomada ou conquista da decisão sobre os destinos da escola pela própria escola e vale salientar que a mesma não garante a democracia da gestão, mas que é um importante elemento para o ato democrático escolar ninguém pode negar, pois certamente se não acabará pelo menos diminuirá a influência política na indicação do gestor como expressa O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, 1994; 5 apud Paro (2000, p.65-67):

Que as eleições tiveram um importante papel na diminuição ou eliminação, nos sistemas em que foram adotadas, de sistemática influência dos agentes políticos (vereadores, deputados, prefeitos, cabos eleitorais etc.) na nomeação do diretor. Mas isso não significa que o clientelismo tenha deixado de exercer suas influências na escola. Por um lado, em alguns sistemas continuaram a existir brechas para a penetração da influência do agente político na nomeação do diretor; por outro, as práticas clientelistas passaram a fazer parte também do interior da própria escola, quer no processo de eleição do diretor, quer durante o exercício de seu mandato.

Existem opiniões favoráveis e contraditórias referentes a este processo fundamental na introdução da democracia na escola para a escolha do gestor educacional e que mesmo não solucionando o autoritarismo existente no interior de nossas escolas, certamente acarretará em seu meio, práticas que propicie uma maior participação na tomada de decisão de todos que fazem parte da mesma.

Em nosso país temos muitos estados em que já implantaram a eleição direta na escola, mas seria muito importante que fosse utilizado em todas as instituições escolares, como fazemos para a escolha de nossos governantes, fazendo valer o nosso direito de decidir no que acreditamos ser o melhor, através da democracia.

2.1. Primeiras eleições diretas para gestores no Brasil

Há indícios que se tenha ocorrido às primeiras eleições para diretores de escolas no Brasil por volta dos anos 60, quando houve grande movimentação social em virtude de mudanças para derrubar o regime militar presente naquele momento. Mas a história do processo de escolha democrática de dirigentes escolares teria ocorrido nos colégios estaduais do Rio Grande do Sul onde foram realizadas votações para diretor a partir das listas tríplices.

Na década de 70 a escolha do diretor escolar ocorria exclusivamente por indicação política, pois assim era a forma dos governantes terem total controle de determinada comunidade, exercendo assim seu poder sobre o diretor e este que acabava cumprindo todos os seus pedidos, ou melhor, ordens sendo obrigatoriamente submetido a executar, em contrapartida permanecia no cargo. “Em fins dos anos 70 e início dos anos 80, as lutas pela democratização da sociedade se fortaleceram, criando um contexto favorável à ampliação e à reorganização dos movimentos sociais” (CARVALHO, 2008, p.13). Foi então que, no movimento da democratização, principalmente com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, a eleição direta tornou-se uma das importantes bandeiras da educação. Almeida apud Paro (2001, p.63-64) afirma que:

Embora algumas experiências localizadas remontem à década de 60, a reivindicação da escolha de diretores escolares por meio de processo eletivo, em âmbito nacional é fenômeno que se inicia nos começos da década de 80, no contexto da redemocratização política do país.

Mas foi na década de 80 e, especificamente, a partir de 1983, que foram realizadas as primeiras eleições para escolha de diretores das escolas públicas, tendo esse processo ocorrido em vários Estados brasileiros. As eleições para diretores escolares no Paraná foram implementadas a partir do governo José Richa (1983 - 1986), sendo as primeiras a serem realizadas no Brasil. É importante se observar que desde então o nosso país passou a discutir e refletir a respeito da democratização da educação e o mais relevante é que se mostrou um avanço na conquista de uma nova maneira de se escolher o responsável pela instituição escolar através da participação interna e externa da comunidade.

Neste aspecto a dimensão da participação refere-se a uma democracia liberal e social, no sentido de que "(...) pressupõe uma possibilidade de participação do conjunto dos membros da sociedade em todos os processos decisórios que dizem respeito à vida cotidiana, sejam eles vinculados ao poder do Estado ou a processos interativos cotidianos, ou seja, em casa, na escola, no bairro, etc..." (OLIVEIRA, 1999, p.11)

Todo o processo de democratização da gestão escolar em nosso país e em minuciosamente a questão que refere-se à escolha do diretor escolar é muito recente visto que só se é discutido e analisado pelo menos a duas décadas e por isso é necessário que levemos em consideração esse fato e que mesmo assim estamos cada vez mais buscando subsídios para que realmente possa se concretizar não só na rede municipal ou estadual, mas em todo o nosso Brasil a escolha dos nossos dirigentes escolares através das eleições.

2.2. Escola e democracia: assegurando a participação de todos

A escola sendo uma instituição social onde contribui para a formação do indivíduo para que o mesmo possa através dos conhecimentos adquiridos fazer uso em prol de sua vida tanto pessoal quanto profissional, como estabelece na Constituição e na LDB, que a finalidade da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho (Constituição, art. 205, e LDB, art. 2º). Mas para isso é necessário que a mesma ofereça aos educandos e a toda comunidade escolar espaços que garantam oportunidades de exercerem sua democracia e que também hajam práticas democráticas dentro da escola que facilitem essa atuação, pois é necessário se dar condições para a convivência da democracia que tanto defendemos . A democracia requer e muito a contribuição da escola nessa construção democrática onde o indivíduo desde cedo deve aprender a conviver para posteriormente saber fazer uso do mesmo, e é aí que deve surgir à parceria, onde ambas possam caminhar juntas.

Ao longo do tempo, filósofos, cientistas-políticos e educadores os mais diversos manifestaram-se a esse respeito, expressando suas opiniões acerca do papel da educação na e para a democracia. Hoje, talvez, como em nenhum momento da história, tem havido um debate intenso sobre o assunto. Assim, a educação é destacada como tendo um papel primordial na promoção da paz, no respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, em geral. (UNESCO, 2000).

Para que haja realmente essa parceria entre escola e democracia é fundamental que a gestão constituída no interior da escola seja uma gestão participativa onde seja estabelecido por todos a dialogicidade, fator de extrema importância nesse processo de construção do conhecimento individual e coletivo, sendo o conhecimento o instrumento de poder na construção de uma sociedade mais democrática e um meio de assegurar a integração e participação de todos. Jamais poderemos falar de democracia sem nos remeter a participação, pois ambas se complementam e é muito importante essa conquista na instituição escolar visto que é através da participação que os envolvidos tornam-se consciente do seu papel social na construção de uma escola verdadeiramente educacional e conseqüentemente agindo de acordo com esta consciência, fazendo valer seu direito de decidir, opinar e escolher coletivamente.

A participação constitui uma forma significativa de, ao promover maior aproximação entre os membros da escola, reduzir desigualdades entre eles. Portanto, está centrada na busca de formas mais democráticas de gerir uma unidade social. Define-se, pois, a gestão democrática como o processo em que se criam condições para que os membros de uma coletividade não apenas tomem parte, de forma regular e contínua, de suas decisões mais importantes, mas assumam responsabilidade por sua implementação. (LUCK, 2008, p.57)

É visível que democracia vai muito além de tomar decisões, pois ela abrange o envolvimento da consciência construída coletivamente pela comunidade escolar e de todo o processo de melhoria como um todo. Sabemos que a história de democracia e participação em nosso país é muito recente e por isso é necessário que hajam espaços escolares onde sejam expostos pelos educandos seus pensamentos e opiniões a respeito da escola, dos professores, da educação, enfim espaços que possibilitem debater, discutir e refletir sobre sua realidade auxiliando-os na aprendizagem de se expressarem, se articularem em torno de interesses individuais e coletivos, darem opiniões, a buscarem soluções que viabilizem uma mudança na realidade em que vivem.

Oferecendo espaços de vivência da democracia, esperamos formar cidadãos e cidadãs democráticos e contribuir para construir e consolidar, na dimensão educacional, esferas públicas de decisão, fortalecendo o controle social sobre o Estado, garantindo que a escola seja realmente pública e significativa à vida das pessoas que nela estão. (ANTUNES, 2008. P.57)

A democratização da gestão não só garante o acesso da população a educação, mas também a participação da população na tomada de decisões ocorrendo aí a descentralização do poder. É necessário compreendermos que só através da participação é que ressignificamos o sentido do poder, pois este passa a ter um sentido amplo visto que é coletivo. Para que a democracia seja incorporada na escola é necessário que faça parte do cotidiano da mesma estando sempre presente no currículo escolar, na relação professor-aluno, na construção participativa da comunidade do projeto político pedagógico, na relação da direção com a comunidade e não ocorrendo em situações isoladas como por exemplo elegendo um dia como sendo específico para se trabalhar a respeito da democracia. A comunidade deve sentir-se parte integrante do processo educacional percebendo que sem ela não é possível qualquer mudança favorável no âmbito educacional local e para isto a escola precisa manter uma ótima relação com a mesma.

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas, para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história. (...) A escola deve ser também um centro irradiador da cultura popular, à disposição da comunidade, não para consumi-la, mas para recriá-la. A escola é também um espaço de organização política das classes populares. A escola será então um centro de debate de idéias, soluções, reflexões, onde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência. O filho do trabalhador deve encontrar nessa escola os meios de auto-emancipação intelectual independentemente dos valores da classe dominante. A escola não é só um espaço físico. É um clima de trabalho, uma postura, um modo de ser. (PAULO FREIRE, 1991, p.16)

Em suma, faz-se necessário a implantação de práticas cotidianas escolares que sirvam de exemplos constantes de democracia, pois só através de experiências vivenciadas por parte de toda comunidade escolar é que com certeza teremos cidadãos responsáveis e encorajados na conquista de uma construção coletiva visando à melhoria da realidade em que se encontram.

2.3. O município de Itapororoca-PB e a Lei Municipal nº 296/10

Em nosso país a maioria das experiências onde ocorreu escolha de diretor através de eleições diretas, deu-se na esfera estadual, fato este também observado no Estado da Paraíba.

No município de Itapororoca-PB, tanto no âmbito das escolas estaduais, como municipais essa escolha ocorre por indicação política. Porém, visando alterar essa forma antidemocrática de que em que nada auxilia a melhoria da educação, em especial aquela praticada na rede municipal, caracterizada pela proximidade com o poder local, é que educadores e a sociedade em geral iniciaram a alguns anos uma discussão em torno da necessidade de realização de eleições diretas para escolha dos diretores das escolas municipais, resultando mais tarde na aprovação de uma Lei Municipal que garante tal procedimento.

Foi o atual prefeito Erilson Cláudio Rodrigues que antes, na condição de vereador do município propôs um projeto de lei que tratava da gestão democrática e em especial a escolha do gestor escolar através do voto direto, visto que o mesmo também é docente efetivo do município, tendo sido engavetado pelo prefeito da época José Adamastor Madruga, procedendo assim, essa escolha por indicação política. Porém, ao assumir o governo municipal, mesmo em caráter interino, o atual prefeito, mas precisamente em 22 de abril de 2010, sancionou a referida Lei e a publicou no diário oficial do município, instituindo legalmente eleições para a escolha de diretor nos estabelecimentos escolares da rede municipal de ensino, concretizando assim, o sonho dos educadores municipais e da comunidade em escolherem de forma democrática os gestores das escolas pertencentes a rede municipal de ensino. Tal fato, foi visto por todos como uma vitória da democracia. Em suma, a lei designa os seguintes princípios constitucionais:

- I – remuneração compatível com a dignidade, peculiaridade e importância da profissão;
- II – estímulo à qualidade do trabalho desempenhado;
- III – melhoria da qualidade o ensino;
- IV – ingresso mediante aprovação em concurso público de provas e títulos;
- V – valorização profissional, por meio de avanço funcional, por tempo e formação profissional;

VI – formação e aperfeiçoamento contínuo dos profissionais da educação, em serviço ou com licenciamento periódico remunerado, desde que autorizado pelo Executivo Municipal;

VII – piso profissional compatível com a valorização do cargo e com a Rede Municipal do Ensino Público do município de Itapororoca, respeitando a legislação federal que trata do assunto;

VIII – condições de trabalho no que diz respeito à estrutura técnica, material e de funcionamento de toda a Rede Municipal de Ensino Público;

IX – garantia de que as escolas de Rede Municipal de Ensino Público do Município de Itapororoca que sejam geridas democraticamente, nos termos do Anexo VI, que passa a ser parte integrante desta Lei. (Redação dada pela emenda modificativa N° 001/2010).

No que tange a Lei citada acima, fica bem explícito a preocupação do prefeito interino referente à gestão democrática e que só a partir de então é que se buscou privilegiar cuidadosamente nossa educação, pensa em gestão priorizando uma melhoria na maneira de administrar nossas instituições, sem que haja autoritarismo por parte de alguns que ali se encontram, mas que os mesmos possuam competências e habilidades que junto ao trabalho coletivo e flexível sempre possam construir cada vez mais sua autonomia.

Segundo a representação sindical dos professores:

“Embora ainda não tenha sido colocada em prática, mas com toda certeza já é algo existente em que os que lutam por uma educação de qualidade com autonomia, transparência, participação, descentralização de poder, tomada de decisão coletiva possam recorrer para que aconteça de fato a democracia escolar municipal, onde toda a comunidade escolar decidam os caminhos a serem percorridos em busca da melhoria local em que está inserida a escola.”

Por isso faz-se necessário indagar quais empecilhos impediram para que ainda não se concretizasse essa escolha democrática se já existe uma Lei Municipal que autoriza a realização de eleições diretas nas escolas? O que a Secretaria de Educação Municipal diz a respeito do fato e como que se explica a não aplicação da Lei? São essas indagações que procuraremos solucionar, para que possamos compreender, analisar e entender o que realmente impede a realização das eleições diretas para diretor de escola no município.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: COLETA, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

3.1. Abordagem metodológica

Para esta pesquisa, optamos por uma metodologia que levasse em consideração os aspectos qualitativos baseados em dados coletados de questionários com questões abertas e fechadas, como também, análise documental da Lei 296/10 e entrevistas com os sujeitos envolvidos no processo. Utilizou-se como instrumentos para a coleta de dados, o questionário que foi direcionado para os diretores da rede municipal da zona urbana de Itapororoca, relatos da entrevista com a secretária municipal de educação e análise documental, percebendo a importância de conhecer o que os mesmos pensam a respeito da referida Lei e da forma de escolha do diretor escolar através da realização de eleições diretas nas escolas.

3.2. Campo da pesquisa

A pesquisa foi realizada com os diretores das escolas municipais como também com a secretária executiva da educação da cidade de Itapororoca/PB e a representação dos docentes no município.

Atualmente, o município conta com cinco escolas na zona urbana, funcionando nos três turnos onde cada instituição possui um diretor e dois adjuntos.

3.3. Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos desta pesquisa foram os diretores das escolas municipais da zona urbana de Itapororoca, a secretária executiva da educação do município já citado e a representação docente. Em relação ao perfil dos sujeitos pesquisados 06 são do

sexo feminino e 01 e do sexo masculino, numa faixa etária de 29 a 46 anos de idade, todos docentes do município, onde 04 são graduados, 01 com pós-graduação, 01 cursando mestrado e outro cursando graduação.

3.4. Instrumentos de coleta de dados

O instrumento empregado para desenvolver esta pesquisa foi um questionário com cinco perguntas para os diretores, sendo uma fechada e quatro abertas, entrevista com a secretária executiva da educação e a representação dos professores, além de análise documental da lei. As questões foram relacionadas à temática gestão democrática e a eleição direta nas escolas municipais de Itapororoca/PB. No que se refere à gestão democrática foram feitas 03 perguntas, as demais, 02 sobre a Lei 296/10 para os diretores e para a entrevista com a secretária e a representação docente foram perguntas referentes a eleição para escolha de gestor educacional.

O levantamento dos dados, para efeito de apresentação final, resultou em tabelas estruturadas, seguindo, preferencialmente, o conhecimento sobre a gestão democrática e a Lei Municipal nº 296/10 e por decorrência a eleição direta para a escolha de diretor escolar. Por vezes, esses dados foram associados a gráficos e/ou tabelas, com o intuito de visualizar melhor as informações. Os cinco diretores entrevistados foram identificados da seguinte forma: D1, D2, D3, D4, D5.

3.5. Análise e discussão dos dados

A implementação da Lei Municipal 296/10, reforçou a discussão sobre a democracia na escola e proporcionou um olhar mais aguçado da sociedade em torno da gestão educacional e principalmente no que diz respeito aos critérios para a escolha do gestor escolar.

De acordo com a Lei 296/110, no seu anexo VI que dispõe sobre a política de gestão democrática nos estabelecimentos escolares da rede municipal de ensino e dá outras providências, vale ressaltar, que sua aprovação desde 22 de abril de 2010,

se deu um grande passo no que se refere a educação municipal de Itapororoca. Nessa probabilidade a pesquisa foi centrada na idéia de conhecer o que pensam os diretores escolares municipais de Itapororoca sobre a temática gestão democrática e como está sendo evidenciada dentro do referido município, além de obtermos informações que implicaram na não realização das eleições escolares até o presente momento.

Dos cinco diretores questionados começamos pelo tempo em que os mesmos exercem a prática de diretor escolar, um ponto que foi considerado de suma importância na pesquisa, já que o questionário tem o objetivo de analisar a concepção dos gestores com relação às questões democráticas escolares. Nessa perspectiva, foi ampliada e inter-relacionadas as demais perguntas como forma de entrelaçar a visão que têm os sujeitos da pesquisa.

Tabela 1 – Tempo de atuação dos diretores.

Sujeitos da pesquisa	Tempo de atuação (ano ou meses)
D1	1 ano e 9 meses
D2	10 anos
D3	1 ano e 9 meses
D4	1 ano e 9 meses
D5	1 ano e 9 meses

Fonte: Diretores das escolas municipais de Itapororoca, 2010.

De acordo com a tabela é possível se observar que dos cinco questionados, que equivale a 100% dos gestores contemplados na pesquisa, quatro deles possuem experiência equivalente a um ano e nove meses como gestor escolar, o que mostra que a maioria participa de sua primeira gestão . E apenas um atua na área de gestão por dez anos, o que mostra uma maior praticidade no cargo em que exerce, propiciando assim uma reflexão bem melhor no que diz respeito a administrar uma escola em todas as suas dimensões. Nessa mesma perspectiva